

ACM diz que é vitorioso nas alterações do pacote

■ Senador diz que FH atendeu às reivindicações do PFL ao atenuar situação dos pobres

Brasília - Josemar Gonçalves

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA - Apesar das afirmações de aliados de que não haveria vencedores nem vencidos nas decisões sobre alterações do pacote fiscal, o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou-se vitorioso nas negociações com o presidente Fernando Henrique. Segundo assessores que com ele estiveram na Bahia, o senador afirmou que Fernando Henrique atendeu às reivindicações do PFL ao atenuar o pacote em favor dos mais pobres.

A solução encontrada pelo governo para não aumentar o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 1.800 e reduzir o corte nos incentivos fiscais começou a ser estudada no fim da semana passada. O deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ), em conversa com o relator da Medida Provisória 1.602, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), alertou para os ganhos adicionais com aplicações de renda fixa decorrentes da redução da inflação e da alta das taxas de juros. "Há margem para operar aí", disse ele, sugerindo que talvez se pudesse aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Sensível - Brant levou a idéia ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e também discutiu com parlamentares das bancadas do Norte e do Nordeste. O relator foi sensível ao argumento de que não se poderia estabelecer um tratamento diferenciado para os já instalados em relação a novos investimentos. "Isso vai inibir o desenvolvimento da



José Roberto Arruda (E) e Brant deixam Alvorada após reunião com FH

região", argumentou o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio (AM), em defesa dos incentivos para a Zona Franca de Manaus. Na quinta-feira, reunido com o presidente Fernando Henrique, os líderes governistas e os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Antônio Kandir, do Planejamento, Brant defendeu que a redução dos incentivos fosse escalonada, num prazo maior de tempo, sem diferenciar os já instalados dos futuros investidores.

No dia anterior, Brant e Parente haviam conversado com Fernando

Henrique sobre o aumento da carga tributária nas aplicações de renda fixa, para compensar as concessões, inevitáveis politicamente, no Imposto de Renda e nos incentivos fiscais. Nesta quarta-feira, o presidente conversou com os líderes aliados. O líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), disse que esta saída atenderia ao presidente do Senado, Antônio Carlos.

Informado dos entendimentos mantidos com a área econômica, o senador baiano já havia decidido negociar e até solicitado, ao governador

Tasso Jereissati, uma reunião com o comando do PSDB. O encontro ocorreu na noite de quarta-feira, na casa do líder tucano no Senado, Sérgio Machado (CE), onde ficou acertado que, para o bem da unidade do PFL com os tucanos, o presidente assumiria o comando dos entendimentos.

Concessão - Na manhã de quinta-feira, Fernando Henrique já sabia que teria que fazer alguma concessão. E chamou o PSDB, que desde o primeiro momento deu apoio integral às medidas, para justificar-se. Os tucanos ouviram, aceitaram as ponderações e saíram defendendo a tese de que não haverá vencidos nem vencedores com as alterações. Fernando Henrique só argumentava: "Esta é a melhor forma para garantir o aumento de receita de R\$ 20 bilhões, sem prejudicar os que ganham menos."

Os termos do entendimento foram mantidos em sigilo, justamente porque o presidente da República precisava do aval político do presidente do Senado, Antônio Carlos, antes de anunciá-lo. O encontro, armado pelo vice-presidente Marco Maciel e por Luís Eduardo, ocorreu na saída da missa de Ação de Graças, na noite de quinta-feira. Fernando Henrique convidou Antônio Carlos para uma conversa no Planalto, onde ficaram cerca de uma hora. Depois, o presidente ligou para o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda: "Está tudo certo, podemos trabalhar. Pedi pressa ao presidente do Senado e ele decidiu votar o ajuste na semana que vem."

QUEM PERDE E QUEM GANHA

DERROTADOS

CLASSE MÉDIA: Foi mantido o aumento de 10% da alíquota de Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha acima de R\$ 1.800 e taxadas as aplicações de renda fixa.

INVESTIDORES: Perdem porque o governo vai aumentar o IR dos investimentos em renda fixa.

PSDB: desde o início, apostou que o pacote era inegociável e pela primeira

vez tomou a dianteira de defesa do governo e das medidas impopulares.

VENCEDORES

ACM: Iniciou e levou adiante uma campanha por mudanças no aumento do IR e, embora tenha sido só parcialmente atendido, pode faturar politicamente toda a mexida no pacote.

POLÍTICOS DO NORDESTE: Entre eles, o deputado Inocêncio Oliveira, que exploraram bem politicamente o

corte dos incentivos regionais e conseguiram reduzi-los.

LOBBY DA ZONA FRANCA DE MANAUS:

Liderado pelo governador Amazonino Mendes, o deputado Arthur Virgílio e o senador Bernardo Cabral, foi o mais atuante, inclusive porque já entrou no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade contra a medida, e o mais vitorioso no anúncio de mudanças feito ontem, pois o corte de incentivos da Suframa será todo revisto.

LOBBY DOS ARTISTAS: levaram manifestos e pediram o recuo no corte de incentivos fiscais para a Cultura. O corte será reduzido.

INDUSTRIAIS: o governo anunciou a revogação do aumento de IPI sobre máquinas e equipamentos.

CAPITAL ESTRANGEIRO: ao elevar o IR em renda fixa, foram excluídos da medida os investidores estrangeiros, que passam a ter vantagem em relação aos investidores nacionais.